

5. Invisibilidade da violência nas relações afetivo-sexuais

Romeu Gomes

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

GOMES, R. Invisibilidade da violência nas relações afetivo-sexuais. In: MINAYO, MCS., ASSIS, SG., and NJAINE, K., orgs. *Amor e violência: um paradoxo das relações de namoro e do 'ficar' entre jovens brasileiros* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011, pp. 141-151. ISBN: 978-85-7541-385-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



INVISIBILIDADE DA VIOLÊNCIA NAS RELAÇÕES AFETIVO-SEXUAIS

Romeu Gomes

A violência no namoro vem sendo vista como um crescente problema social em vários países (Kaura & Lohman, 2007; Matos *et al.*, 2006; NCFV, 2009). E pode ter várias consequências negativas na saúde, indo desde danos imediatos até efeitos que, a longo prazo, comprometem o bem-estar da pessoa (NCFV, 2009). Assim, tanto se contabilizam danos físicos, que podem levar a internações, como impactos na saúde mental, a exemplo de depressões, ansiedades e pensamentos suicidas, e associações com outros agravos, como o uso abusivo de álcool, drogas e cigarro (NCFV, 2009).

Junto à banalização de certos atos, nas relações afetivo-sexuais entre adolescentes há episódios que sequer são percebidos como violentos. Estes podem se inserir no que denominamos violência simbólica, traduzida por aspectos que cotidianamente são aceitos, incorporados e reproduzidos, sem que os pares dessas relações percebam a sua existência. Essa violência, frequentemente, é insensível e invisível para suas próprias vítimas, sendo produzida e reproduzida pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou do desconhecimento, ou ainda do sentimento (Bourdieu, 1999). Ela se relaciona a mecanismos sutis de dominação e de exclusão social utilizados por indivíduos, grupos ou instituições. Por meio dela, ocorre a dominação sustentada pela não aceitação de regras e sanções, ou devido à incapacidade de conhecimento de regras e direitos (Vasconcellos, 2002).

Nessa perspectiva, neste capítulo procura-se analisar a invisibilidade da violência nas relações afetivo-sexuais de 1.897 mulheres e 1.305 homens, revelada nas falas dos sujeitos da pesquisa. Parte-se do pressuposto de que essas relações se inserem em contextos que, influenciados por certos modelos hegemônicos de gênero, tanto podem se relacionar à produção de violências quanto podem contribuir para a invisibilidade da própria violência.

O NAMORO COMO O NÃO LUGAR DA VIOLÊNCIA

No imaginário social, costuma haver uma ideia de que namoro não é lugar de violência. Essa ideia – embora não se sustente quando os adolescentes refletem sobre as suas experiências no relacionamento afetivo-sexual – pode servir para, no plano ideal, positivar o namoro como espaço do afeto e do prazer, aspectos que, comumente, não combinam com a violência. Assim, ainda que seja como uma atitude bem inicial da conversa sobre o namoro, deslocar a violência desse espaço é uma forma de os adolescentes valorizarem positivamente esse tipo de relacionamento.

Para ilustrar essa lógica, destacamos trechos de alguns depoimentos: “O que eu posso dizer [é que] não tem violência no namoro” (Homem, escola pública, Porto Alegre); “[No namoro] não tem violência. Tem só tipo um levanta a voz pro outro. Só isso. Só é mesmo agressão verbal” (Mulher, escola pública, Porto Velho); “Acho que não [tem violência física no namoro]. Mas tem muito no casamento” (Homem, escola particular, Porto Velho); “[A violência no namoro?] Eu não sei, acho que não. Só se for do tipo brincando ou xingando” (Mulher, escola particular, Brasília).

Por que será que em sociedades em que a violência seja tão presente no concreto vivido existam vozes que a tornem invisível no namoro? Algumas hipóteses explicativas podem nos ajudar na busca de respostas para essa questão. Uma delas se refere ao fato de maus-tratos e ofensas serem confundidos como expressões de amor e interesse entre pessoas que se gostam. Desde cedo, algumas crianças escutam dos pais que os castigos físicos a elas são infligidos porque eles as amam e querem o melhor para elas (Sexualidad, 2009). Assim, por exemplo, o fato de um adolescente criticar a forma de vestir de sua namorada, compará-la com outras mulheres ou até mesmo pressioná-la a manter relações sexuais com ele pode se associar ou se justificar por meio do amor ou pelo fato de ele querer muito bem a ela (Navarro, 2004). Além disso, muitas vezes as agressões – físicas ou não – são interpretadas pelas próprias vítimas como manifestações normais causadas por descontrole emocional ou por ciúme (Almeida, 2009).

Outra possível hipótese para a representação do namoro como o não lugar de violência também pode estar associada à percepção de que a violência de gênero se situa nos relacionamentos percebidos como mais estáveis ou mais estruturados, como é o caso do casamento. O namoro como fase de conhecimento e descoberta não se encaixaria nessa situação.

Essa ideia se torna dissonante ao ser confrontada com alguns estudos. Uma pesquisa internacional (Straus, 2004), envolvendo 16 países, sugere que o relacionamento no namoro pode ser tão violento quanto o relacionamento marital. Outro estudo (Navarro, 2004) conclui que, no âmbito dos relacionamentos afetivo-sexuais estabelecidos entre adolescentes, vem se observando que as novas gerações já começam a se agredir mutuamente, não só por meio de insultos e ameaças como também pelo uso de violência física. Uma terceira pesquisa (Brown & Bulanda, 2009) observa que entre os homens

estudados há diferenças na perpetração ou na vitimização por tipos de relacionamento afetivo-sexual, constatando que namorados são significativamente mais propensos a relatar violência perpetrada do que maridos ou companheiros.

A ideia de que na idealização do namoro ainda se observam resquícios do amor romântico pode servir de base de raciocínio para se explicar a invisibilidade da violência nesse espaço de relacionamento. Talvez no imaginário social haja resistências – ainda que isoladas – para se deslocar do amor romântico para o amor confluyente, centrado no compromisso. No primeiro, predomina a identificação projetiva na busca de uma ‘pessoa especial’, enquanto no segundo está implícita a abertura de uma pessoa em relação à outra para que se construa um ‘relacionamento especial’, presumindo uma igualdade de doação e recebimento emocionais (Giddens, 1994).

No imaginário do amor romântico, em que se idealiza um parceiro, projetando nele um futuro a ser compartilhado, o namoro pode ultrapassar os limites da razão, tudo se desculpando pelo amor (Navarro, 2004). Alguns dos adolescentes da pesquisa, por vezes, trazem subjacente às suas falas um imaginário social ambivalente, que oscila entre a ideia do namoro como espaço de construção de um amor ideal, no qual em determinados momentos um dos partícipes se subordina a esse ideal, e o desejo de que o relacionamento seja ancorado na equidade entre os pares. Mais do que saber qual é o predomínio de um dos polos dessa oscilação, importa chamar a atenção para a possibilidade de esses sujeitos utilizarem as duas representações diferentes de namoro para elaborar as suas opiniões sobre os relacionamentos afetivo-sexuais.

Ainda sobre o fato de que alguns depoimentos colocam a violência fora do espaço do namoro, observa-se que há uma diferença entre os depoimentos registrados em algumas entrevistas individuais quando comparados com as opiniões elaboradas nos grupos focais, desenvolvidos pela pesquisa em questão. Nos registros desses grupos das diferentes capitais brasileiras, a violência surge significativamente de uma forma recorrente. Ela é exemplificada por meio de situações abusivas (de ordem física, psicológica ou sexual) vividas pelos jovens em suas relações afetivo-sexuais ou por outros adolescentes de seu conhecimento.

Junto à recorrência desses exemplos, não se pode deixar de constatar que, de forma explícita ou implícita inferidas dos dados da pesquisa, também se revelam ideias ou situações que, embora não sejam nomeadas como violência, podem trazer danos aos relacionamentos afetivo-sexuais iguais àqueles reconhecidos pelos adolescentes como violência. Para aprofundar este tema, procuramos, nas seções seguintes deste capítulo, desvendar o não dito no que é dito, ou seja, fazer foco em algo que se encontra subjacente às falas.

MODELOS CULTURAIS DE GÊNERO E A VIOLÊNCIA

Subjacentes às falas dos entrevistados, podemos perceber marcas identitárias de um modelo hegemônico de masculinidade que não só podem explicar a violência como

podem ser nomeadas como violência. Trata-se do modelo de masculinidade baseado na dominação masculina, considerada como exemplo por excelência da submissão paradoxal, que decorre da violência simbólica (Bourdieu, 1999). Historicamente, essa denominação se mantém conforme determinadas estratégias em diferentes épocas e, por ser sutil, é incorporada pelos sujeitos sem que eles percebam. Assim, essa faceta da violência não só é aceitável como também pode ser vista como natural, fazendo com que as relações de dominação sejam assimiladas pelos dominados sem que sejam questionadas (Carvalho, 2006; Gomes, 2008b).

O fato de revelar marcas identitárias de gênero que operam nos eixos dominação/submissão, por meio da interpretação das informações produzidas pela pesquisa, não significa que necessariamente os autores dessas informações concordem que o ‘ser homem’ ou o ‘ser mulher’ se reduza a essas marcas. Significa que, ao construírem suas opiniões, as pessoas lançam mão dessas marcas presentes no imaginário social para expressar tanto sua concordância quanto suas críticas.

Uma das balizas identitárias utilizadas para a definição do ‘ser homem’ – e, por oposição, do ‘ser mulher’ – é o fato de haver maior concentração do poder masculino. No sentido de ilustrar a desigualdade de poder, destacamos os seguintes depoimentos dos jovens: “A mulher evoluiu muito mesmo (...), mas ainda não (...) se igualou assim ao homem” (Mulher, escola particular, Manaus); “A mulher pode ser brava, pode ser uma lutadora, uma boxeadora, o que for, ela nunca vai lutar com homem, ela nunca vai poder” (Homem, escola pública, Recife); “Aonde eu vou (...) eu falo (...) e chego naquele horário [que falei]. Agora ele não, ele ia sair, eu ia perguntar, ele alterava a voz comigo” (Mulher, escola pública, Cuiabá); “Pra eles [homens], eles que mandam e pronto” (Mulher, escola pública, Belo Horizonte).

Associada ou não ao fato de o homem ter mais poder do que a mulher, destacamos a marca identitária de ‘ser forte’. Esse distintivo, em algumas situações, pode trazer prejuízo ao homem, desqualificando-o como tal ou impossibilitando-o de expressar seus sentimentos: “Sei lá. A mulher é mais sentimental (...) o homem já aguenta mais” (Mulher, escola particular, Manaus); “[Minha prima me disse:] Você tenha pose de homem, vira macho. Isso não é coisa que o homem faça, não: ficar chorando por mulher. Você cria vergonha na sua cara” (Homem, escola pública, Brasília); “As meninas preferem caras mais machões porque vendo um cara mais certinho e meiguinho, elas acham que é tudo *gay*” (Mulher, escola particular, Cuiabá); “Psicologicamente também, a mulher é muito mais fraca” (Homem, escola particular, Belo Horizonte).

Outra marca de ‘ser homem’ presente no senso comum e mencionada pelos adolescentes se refere ao fato de ele ser comandado – quase que mecanicamente – por um instinto de ordem sexual. Em determinadas situações ou em momentos específicos, às vezes adolescentes podem ser desqualificados como homens quando não exibem condutas coerentes com essa representação. Os depoimentos que seguem ilustram bem a influência desse modelo entre os entrevistados: “O homem [é] que tem esse lado mais

carnal” (Homem, escola particular, Porto Velho); “Homem é homem. Homem age por instinto” (Mulher, escola particular, Cuiabá); “Qualquer lugar que você tiver, a mulher começar uma gracinha em cima de você, você vai ficar doido (...) e não é porque a sociedade fala que o homem é isso. Não tem como (...) é instintivo” (Homem, escola particular, Belo Horizonte); “Quando a mulher quer e o homem não, geralmente o homem fica com fama de frouxo. É. O homem é viado e a mulher é difícil” (Homem, escola particular, Cuiabá).

Entre as falas dos adolescentes, surgem outras marcas identitárias masculinas, ainda que não tão recorrentes quanto as já mencionadas, mas que estão relacionadas às seguintes ideias: a iniciativa sexual cabe ao homem; a mulher sofre mais interdições sexuais do que os homens; e a quantidade de relações sexuais pode atestar a qualidade sexual masculina: “Quanto mais eles ficarem com mulher, melhor eles são (Mulher, escola pública, Teresina).

Todo mundo sente vontade de transar, todo mundo. Eu acho que é muito difícil uma guria chegar pra ele e falar: ‘Ah, eu quero transar com você’. Você vai falar: ‘Não, não quero?’ O que ela vai pensar? (Homem, escola particular, Cuiabá)

A nossa própria sociedade faz uma agressão: ‘Ah, a mulher, nossa, não, não é mais virgem, que absurdo, é uma puta’ (...) e com homem: ‘Nossa, você é um garanhão’. (Mulher, escola particular, Brasília)

[Para] os meninos (...) quantidade [é usada] para se gabar. Ou seja, eles fazem isso porque eles acham que vai contar alguma coisa para a masculinidade deles. Para se afirmar. É isso que acontece. (Mulher, escola particular, Porto Velho)

Essas marcas surgem nos depoimentos não só para definir o ‘ser homem’ como também para criticar a fixação dessas identidades ou para mostrar que a mulher também pode tirar partido dela: “Eu sou mais abusada, eu sou mais folgada, meu namorado é daquele tipo mais quieto que só fica observando (...) parece que eu sou homem (...) porque eu dou um grito, ele cala a boca” (Mulher, escola pública, Belo Horizonte); “Tem muitas garotas que ficam com vários [garotos] e não são cachorra” (Homem, escola pública, Rio de Janeiro); “Eu gosto de chorar porque aí ele fica sem saber pra onde vai. Eu desarmo ele assim. Aí ele fica sem saber o que fazer e tal. Aí começa a me pedir desculpa” (Mulher, escola pública, Belo Horizonte).

Quando os modelos hegemônicos de gênero são padronizados para pensarmos o ‘ser homem’ em oposição ao ‘ser mulher’, a violência simbólica pode ser instaurada. Isso ocorre principalmente quando se associam mecanicamente certas características consideradas como femininas às mulheres e, em contrapartida, as vistas como tipicamente masculinas aos homens. Essa associação, em que se exclui a possibilidade de essas características se intercambiarem entre o ‘ser homem’ e o ‘ser mulher’, pode configurar uma faceta da violência simbólica.

Ainda sobre a discussão a respeito das características tidas como pertença do ‘ser homem’, ressaltamos que os depoimentos parecem reforçar a violência simbólica, ao

sugerirem que homem tem uma mais-valia, ao ser comparado com a mulher. Ainda que muitos dos adolescentes dos dois sexos façam críticas a esse posicionamento, não podemos desconsiderar que tal ideia ainda é buscada no imaginário social para falar das relações entre gêneros. No entanto, nem todos os adolescentes que criticaram tal situação a identificaram como algo que se articula à violência entre os gêneros socialmente construída pela desigualdade e desqualificação de um em prol de outro. Alguns deles banalizam tal situação como se fosse algo da ordem natural das coisas; outros a situam no âmbito das pessoas, sem demonstrar consciência do seu caráter socioestrutural.

A mais-valia do homem em relação à mulher pode ser uma das hipóteses para explicar o fato de as meninas exibirem uma autoestima menor do que a dos rapazes. A pesquisa pode fornecer amplo material empírico para a investigação dessa hipótese em estudos futuros. Os dados quantitativos revelam que para as jovens de todas as cidades brasileiras investigadas a baixa autoestima, a média autoestima e a elevada autoestima apresentam os seguintes percentuais: 28,2%, 40,3% e 31,6%, respectivamente. Já para os rapazes, os percentuais foram: 18,4% (baixa autoestima), 47,6% (média autoestima) e 34% (elevada autoestima). Correlacionando as variáveis autoestima e sexo, observamos que os rapazes têm mais elevada autoestima do que as meninas ($p < 0,001$).

A autoestima não varia apenas por sexo. Cerca de 30% dos adolescentes das cidades de Manaus, Recife e Teresina expressaram baixa autoestima, destacando-se no conjunto das cidades. Na direção contrária, adolescentes das cidades do Rio de Janeiro (38,3%) expressaram elevada autoestima, destacando-se no conjunto estudado. Assim, podemos estabelecer a hipótese de que à autodesvalorização feminina se soma a de ordem regional, com maior desvantagem para os adolescentes do Norte e do Nordeste comparados aos do Sul e aos do Sudeste.

A maior valorização do ‘ser homem’ expressa nas falas dos entrevistados e na mais baixa autoestima constatada entre as moças pode ser reflexo da influência de um modelo hegemônico no âmbito societário dos gêneros, em que predomina a dominação masculina.

No entanto, não podemos desconsiderar que a crítica feita a esse modelo esteve presente de uma forma recorrente tanto na fala de rapazes como na de moças. Essa crítica pode revelar que as representações do ‘ser homem’ não devem ser reduzidas a tal modelo, uma vez que, embora expresse posição de autoridade cultural e liderança, ele não é totalmente dominante porque, junto dele, persistem outras formas de masculinidades (Connell, 2002, 2008).

Investir na possibilidade de haver masculinidades e feminilidades pode ser um caminho importante para a diminuição da violência simbólica na qual as pessoas são aprisionadas pela cultura que considera um só estilo de ‘ser homem’ ou de ‘ser mulher’ como o certo. Essa mudança cultural poderá contribuir para o desenvolvimento de relações interpessoais mais éticas e também para o não cerceamento da diversidade estética de ‘ser homem’ e ‘ser mulher’.

O USO DO OUTRO PARA A SATISFAÇÃO SEXUAL

O fato de rapazes utilizarem as moças apenas para satisfazerem seus desejos sexuais é recorrentemente mencionado nos depoimentos dos jovens entrevistados nesta pesquisa: “Às vezes ele só entra no relacionamento pra (...) ‘furar’ [uma menina mais nova] e cair fora (...). De certo modo, ele só quer usar ela assim” (Homem, escola particular, Porto Velho); “[Uma amiga me disse que o garoto disse:] ‘Se você transar comigo eu namoro você’. Ela fez [isso], e ele deu um pé na bunda dela” (Mulher, escola pública, Brasília); “Eu já conheci garoto que ficou com 17 garotas em uma noite (...). Acha que a mulher é que nem copo descartável: pega e joga fora” (Homem, escola pública, Brasília); “Também tem aqueles caras que usam a lábia, falam: ‘Ah, eu te amo’ (...). Aí pega a menina e depois [ela pergunta]: ‘Você me ama mesmo?’ [e ele responde] ‘Que te amo nada’” (Homem, escola pública, Cuiabá); “Às vezes, para o menino (...) é só uma transa (...) utiliza dela como um objeto” (Homem, escola particular, Rio de Janeiro).

As condutas masculinas citadas nos depoimentos, embora tenham sido criticadas tanto pelas moças quanto pelos rapazes da pesquisa, não foram explicitamente nomeadas como sendo violência. Talvez não o sejam porque se associam fortemente a um senso comum de que a sexualidade masculina é desenfreada e, por isso, deve ser saciada, mesmo que precise utilizar a mulher como puro objeto de satisfação. Nesse sentido, ainda que se lamentem por isso, os rapazes quando se comportam dessa forma podem não ser vistos como violentos, mas como alguém que atesta a natureza de ‘ser homem’. Assim, o que se critica não é a coisificação (violência) de alguém para se satisfazer sexualmente, mas a natureza de ser sexualmente dessa forma.

Ao aprofundar as questões a respeito do uso das mulheres em prol da satisfação dos homens, não há como não mencionar as conexões entre poder e violência. Nessas conexões, afloram-se oposições entre o masculino-sujeito e o feminino-objeto, acirrando-se a penetração peniana como o único instrumento de se apoderar sexualmente de alguém, uma vez que o verdadeiro macho é aquele que não se segura porque seus impulsos são mais fortes do que ele (Machado, 2004). A encenação desse *script* não é vista como violência e sim como o exercício de uma sexualidade que – para ser vista como masculina – age, penetra, enfim, domina.

No âmbito das práticas e das representações dos sexos masculino e feminino, costumamos ver o ato sexual masculino como uma forma de dominar pela posse, e nesse âmbito o desejo masculino é visto como ambição de ser dono do outro, como dominação erotizada, ao passo que o desejo feminino se estrutura como aspiração da dominação masculina, como subordinação erotizada ou como reconhecimento da dominação erotizada (Bourdieu, 1999; Vidal & Ribeiro, 2008). Nesse cenário, o amor pode contribuir para perpetuar a dominação masculina, cabendo à mulher amar e ao homem provar a sua virilidade, ainda que ame também (Vidal & Ribeiro, 2008).

A VIOLÊNCIA DA HETERONORMATIVIDADE

Quando perguntamos sobre que tipos de relação amorosa existem entre os adolescentes, tanto no grupo focal quanto nas entrevistas, invariavelmente, nas dez cidades estudadas, as respostas focalizaram-se nas relações heterossexuais. Tais respostas podem ser um reflexo do imaginário social em que as interações amorosas entre homem e mulher são pensadas unicamente segundo o eixo da heterossexualidade, conformando uma heteronormatividade para os gêneros. A hegemonia dessa norma pode ser ilustrada também com os resultados de uma pesquisa (Almeida, 2007) realizada em 102 municípios brasileiros, com amostra probabilística de 2.363 participantes. De acordo com a investigação, 89% dos entrevistados foram contra a homossexualidade masculina e 88% contra a feminina.

A ausência da homossexualidade nas respostas sobre os tipos de relacionamentos amorosos, por parte dos adolescentes, pode ser mais bem compreendida com base nas respostas dos questionários que tratam do assunto. Dentre os rapazes, 1,2% disseram que já namoraram ou ficaram com meninos/homens e 2,0% responderam que já ficaram tanto com meninos/homens quanto com meninas/mulheres. Já no conjunto das moças, 0,3% responderam que já namoraram ou ficaram com meninas/mulheres e 2,6% responderam que já namoraram ou ficaram tanto com meninas/mulheres quanto com meninos/homens.

Algumas distinções entre as redes de ensino são observadas: mais garotas das escolas privadas afirmam ‘ficar’ ou namorar meninas (0,8%) do que as da rede pública (0,1%). Contrariamente, mais rapazes do ensino público informam ficar com meninos (1,4%) ou com pessoas de ambos os sexos (2,4%), em comparação com os que estudam em escolas privadas e ficam com meninos (0,9%) ou com parceiros de ambos os sexos (1,0%).

Especificamente em relação às diferenças entre as cidades, verificamos que mais moças namoram ou ‘ficam’ com meninas em Florianópolis, Recife, Cuiabá e Porto Alegre (3,1%, 1,5%, 0,9% e 0,9%, respectivamente), acima do percentual encontrado (0,3%) para as outras capitais. Em relação às moças que ‘ficaram’ com/namoraram tanto moças quanto rapazes, as cidades de Brasília, Cuiabá e Porto Alegre se destacam com 9,6%, 4,9% e 4,2%, respectivamente, acima do percentual das moças de todas as cidades investigadas, com o percentual de 2,6% ($p < 0,001$).

Ainda que o comportamento de ‘ficar’ com meninas ou com os ambos os sexos se distinga entre moças das diferentes cidades, os dados indicam a quase exclusividade das relações heterossexuais entre adolescentes dos dois sexos. Com base nesse predomínio, pode-se formular uma hipótese de que os baixos percentuais das práticas homossexuais e bissexuais vivenciadas pelos adolescentes podem contribuir para a invisibilidade das relações que insurgem contra a heteronormatividade.

Embora as relações homossexuais, em geral, não tenham sido incluídas como relacionamentos amorosos nas respostas dos adolescentes, as opiniões sobre elas surgem

nas falas deles em todas as cidades estudadas, principalmente nas discussões dos grupos focais: “Eu não tenho preconceito, mas já que o cara nasceu homem, tem que ser homem” (Homem, escola pública, Manaus); “Uma vez eu vi duas bichas se beijando no restaurante (...). Eles podem se beijar, mas a gente não precisa ver” (Homem, escola pública, Cuiabá); “Eu me sinto muito mal ver [casais de meninas] porque eu acho que é estranho o namoro, entendeu? Eu não tenho preconceito algum, entendeu?” (Mulher, escola particular, Cuiabá); “Todo mundo diz que não é preconceito, mas quando vê [relações homossexuais] assim de frente dá um baque” (Mulher, escola particular, Florianópolis);

É mais natural a gente ver meninas e meninos. É muito difícil a gente ver um casal de meninas e um casal de meninos. Se bem que aqui tem um casal de meninas, mas (...) não é exposto. É entre elas. Só que o pessoal sabe. (Mulher, escola particular, Recife)

Eu tenho minha opinião formada. Se é bicha (...) se não é (...) eu particularmente tenho minha opinião formada. Eu acho que cada um tem o direito de ser o que quiser (...) eu acho que parecia ser um pouco mais fácil, que é a questão tipo homem é homem, mulher é mulher. (Homem, escola pública, Recife)

Eu acho que deve ser muito difícil fazer sexo com um homem, ser promíscuo isso. Então se eu tivesse um amigo gay não teria nenhum problema, seria estranho, mas eu acho que não tem nada de mais. (Homem, escola particular, Brasília)

No conjunto dos depoimentos, predomina o sentido atribuído à homossexualidade como algo antinatural, refletindo o senso comum de que ela não faz parte da natureza do ‘ser homem’, nem do ‘ser mulher’. Quando alguém transgride essa norma, as reações de intolerância ou de desaprovação são acionadas para que a heteronormatividade, que predomina hegemonicamente no imaginário social, não seja ameaçada. A desqualificação da homossexualidade como orientação ou preferência sexual, que ocorre de forma tácita ou não, institui uma forma de violência simbólica.

Essa desqualificação caminha na contramão dos avanços que vêm ocorrendo no campo dos direitos sexuais. Ainda que esses avanços não tenham capilarizado totalmente o imaginário social, a defesa da homossexualidade, da bissexualidade e da transexualidade já consta de textos legais. Dentre esses textos, dois deles se destacam. O primeiro é o Programa Nacional de Direitos Humanos (Brasil, 2001), que traz recomendações para que se busquem por meio de planos e programas o enfrentamento e o combate à homofobia no país. O segundo é o Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual (Brasil, 2004), que explicita princípios para a formulação de políticas e programas específicos visando à melhoria da situação de vida dos grupos GLBT (*gays*, lésbicas, bissexuais e transexuais).

Os dados da pesquisa aqui focalizados, em geral, sugerem que muito há de ser fazer para que os direitos sexuais de orientações não hegemônicas sejam assegurados, tanto no plano dos discursos quanto no das práticas.

No entanto, não podemos desconsiderar que parte desses dados se insurge contra o predomínio da hegemonia da heteronormatividade: “Pra algumas pessoas, isso não é

o fim do mundo (...) isso de você beijar uma menina ou um menino beijar outro menino não define quem você é” (Mulher, escola particular, Brasília).

Está tendo muita mulher (...) homossexual (...) eu não tenho nada contra (...) com certeza existe muito preconceito. Até que para o lado das mulheres é (...) mais normal pra gente. Mas os homens, eles têm muito preconceito (...) eles são completamente radicais. (Mulher, escola pública, Belo Horizonte)

Ainda sobre a ideia de que ser homossexual é algo que atenta contra a natureza de homens e das mulheres, observamos, com base nas respostas do questionário, que há adolescentes que julgam não ser grave agredir homossexuais. Entre o conjunto dos estudantes de ambos os sexos, 7,8% responderam que isso não é grave. Ao se avaliar essa pergunta por sexo, constatamos que as moças responderam bem menos que ‘não é grave agredir homossexuais’ (1,9%) do que os rapazes (17,9%; $p < 0,001$).

Em relação à inserção dos adolescentes nas redes de ensino, notamos que mais meninas da rede privada (85,1%) consideram muito grave agredir homossexuais do que as que estudam em escolas públicas (82%). Entre os meninos, destacamos elevado percentual dos que estão em escolas públicas (18,4%) que consideram não ser grave tal agressão (16,6%) em relação aos das escolas privadas.

Há uma diferença entre as opiniões dos jovens por cidades com relação a essa questão. O maior destaque é para Porto Alegre, onde 36,9% dos rapazes não consideram grave agredir homossexuais, contra 1,6% das moças. Mas em todas as cidades os rapazes atingem percentuais mais elevados nesse tópico. Tais dados podem subsidiar uma hipótese a ser investigada: de que os rapazes toleram menos a homossexualidade do que as moças.

Na articulação da análise dessa questão suscitada pelo questionário com a invisibilidade da homossexualidade nas relações amorosas nas entrevistas de grupo ou individuais, observamos que ante o fato de um dos gêneros se expressar ou se realizar em relações homossexuais, a violência pode ser acionada, indo desde agressões físicas até atos que simbolicamente violentam a orientação ou a preferência sexual das pessoas. Essa violência – física ou simbólica – é usada para vigiar a fronteira de gênero entre homens e mulheres em defesa da ordem heterossexual (Greig, 2008).

Ainda sobre o sentido da ‘antinaturalidade’ atribuído à homossexualidade por parte dos entrevistados, observamos que no interior de alguns dos depoimentos há reflexos de discursos mais liberais. Muitos expressam também a opinião de que as pessoas têm o direito de investir sexualmente em alguém do mesmo sexo. Entretanto, como pode ser visto nesses mesmos depoimentos, tais discursos nem sempre se traduzem na aceitação do outro, do diferente, independentemente de sua orientação sexual. Assim, para as pessoas que não seguem a heteronormatividade, costuma-se reservar o espaço de “menos humanas” (Fleury & Torres, 2007).

Com relação à influência da heteronormatividade, destacamos uma pesquisa sobre preconceitos contra homossexuais (Fleury & Torres, 2007), realizada em Goiás, com 135

estudantes da área de recursos humanos, com a idade média de 30 anos e predominantemente do sexo feminino (87%). Nessa pesquisa, os autores concluíram que, embora os entrevistados, majoritariamente, tivessem se manifestado contra a percepção negativa que a sociedade brasileira tem dos homossexuais, atribuíram mais características positivas a heterossexuais do que a homossexuais, demonstrando sutil preconceito em relação à homossexualidade. Tal tendência, de certa forma, revela uma violência simbólica contra as pessoas que transgridem a heteronormatividade. Nesse caso, a violência simbólica, caracterizada como uma opressão por meio da invisibilidade, expressa a recusa à existência legítima da homossexualidade.

COMO LIDAR COM ALGO QUE NÃO É VISÍVEL?

Lidar com a violência simbólica nas relações afetivo-sexuais constitui um grande desafio. Como tratar com algo que não é tido como violência? Em outras palavras, como lidar com algo que não é visível? Caminhar na direção desses questionamentos envolve estranhamentos a serem observados quando o que está em foco é o que é tido como ‘natural’.

Um desses estranhamentos, quando se trata das relações amorosas entre homens e mulheres, pode começar ao se questionar se o amor é uma suspensão da violência simbólica ou se é a forma mais sutil ou invisível dessa violência (Bourdieu, 1999). Nos casos em que um dos pares de uma relação amorosa, principalmente a mulher, entende o amor como algo do destino, sentindo-se na obrigação de amar alguém que o acaso social lhe designou, podemos dizer que o amor é a dominação aceita na paixão, seja ela feliz, seja infeliz (Bourdieu, 1999). Essa indagação pode possibilitar um deslocamento do amor que tudo exige, e que faz com que tudo seja aceito, para um amor em que as relações são negociadas, havendo uma simetria dos prazeres e cujo projeto comum seja a construção da felicidade para os que fazem parte da relação. Assim, promover estranhamentos sobre as relações amorosas pode ser um caminhar na direção oposta à violência simbólica nas relações afetivo-sexuais.

Para lidar com a invisibilidade da violência nessas relações, é de fundamental importância fazer o estranhamento das marcas identitárias de gênero, por meio da sua desnaturalização. Nesse movimento, dentre outros desafios, é importante questionar a associação mecânica de características tidas como universais ao ‘ser homem’ e ao ‘ser mulher’, bem como criticar a desqualificação de um gênero em prol da valorização de outro. Assim, a crítica sobre a reificação de papéis sexuais socialmente construídos e a não flexibilização desses papéis por meio da compreensão das masculinidades e das feminilidades, no plural, tanto pode contribuir para que as diferenças intra e intergênero sejam aceitas como pode possibilitar maior subjetivação dos papéis de gênero.

Esses e outros estranhamentos certamente contribuirão para que pensamentos, sentimentos e ações que silenciosamente oprimem sejam nomeados como violência, fazendo com que algo tido como inexistente passe a existir.